

Apoiado limite à saída de capitais

GAZETA MERCANTIL

13 JUN 1984

por Sônia Jourdani
de São Paulo

As limitações impostas pelo Banco Central (BC) à conversão de empréstimos em capital de risco receberam o apoio de representantes de bancos estrangeiros que operam no País e de dirigentes de subsidiárias brasileiras de empresas multinacionais. Na sexta-feira, alguns deles declararam a este jornal ter compreendido as razões do BC.

"É uma reação lógica ao que parece ser um abuso por parte de algumas empresas", afirmou o presidente da Câmara Americana de Comércio e da Dow Química, Enrique Sosa, ao editor Pedro Cafardo, que ouviu do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, a seguinte observação: "Achamos que a coisa estava crescendo muito rapidamente. Se querem fazer aporte de capital com recursos brasilei-

ros, têm de dar o deságio ao Brasil".

As declarações, tanto de Sosa quanto de Celso Giacometti, sócio da Arthur Andersen, uma empresa de auditoria, coincidiram com a de Pastore na medida em que ambos atribuíram às providências tomadas pelo BC um caráter moralizante.

Eles acreditam, porém, que esses abusos representam a menor parcela das conversões de empréstimo e que as companhias estrangeiras genuinamente interessadas em capitalizar seus débitos externos continuarão fazendo essas operações.

Mas admitem que elas serão poucas, não pelas modificações operadas pelo BC, e sim porque não existe um empenho real das empresas em trazer ao Brasil mais capital de risco. As remessas de juros podem ser deduzidas do Imposto de Renda, enquanto a renda de capital, não. E está aí mais uma diferen-

ça que, na opinião dos empresários, desestimula a capitalização.

Os bancos consultados por este jornal mostraram concordar com todas as ponderações dos empresários, com exceção de uma. Para as instituições financeiras, o Banco Central realmente conseguirá diminuir a especulação com a venda de créditos, com os desmoralizantes deságios oferecidos pelos bancos interessados em reduzir sua carteira de crédito e com o risco de capitalizações temporárias por parte das empresas. O que não será possível, na opinião dos bancos, é evitar uma virtual paralisação das conversões.

"Não vamos criticar o governo porque, afinal, ele sempre fez previsões otimistas em relação aos investimentos externos e, agora, está fazendo previsões pessimistas no que se refere à possibilidade da

(Continua na página 14)

Apoiado limite...

por Sônia Jourdani
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

fuga de capitais." A esta afirmação o dirigente de uma grande instituição europeia acrescentou a previsão de que o mercado vai parar, prejudicando empresas, bancos e o próprio governo, que poderia ter encarado o problema com menor rigor.

Ele confessou estar com quatro operações de conversão engatilhadas e acha que, nesta semana, as empresas vão desistir.

Mas insiste em que suas críticas devem ser atribuídas menos à decepção pela perda dos negócios e mais ao fato de não ver diferença entre uma venda de crédito a uma empresa que não tem débito em moeda estrangeira — para posterior capitalização — e uma conversão de um velho empréstimo em capital de risco.

Alguns bancos americanos dizem a mesma coisa, resumida da seguinte forma: se um banco está disposto a vender seus créditos com deságio de 30%, e ver sua carteira de empréstimos reduzida nessa proporção só para fugir do

risco Brasil, é certo que serão mínimas as chances de convencê-lo a aderir a um novo plano de refinanciamento das contas brasileiras.

Entretanto, este é só um lado do problema. As medidas baixadas pelo BC têm duas direções: impedir a redução do "exposure" dos bancos e a repatriação de capital. Sobre este último aspecto o chefe da divisão paulista do Departamento de Fiscalização e Registro de Capital Estrangeiro (Firce) do BC, José Ivo de Mattos, explicou que o objetivo do governo é manter a titularidade dos investimentos, de modo que não possam ser repatriados por dissolução de empresas, redução de capital (com a venda de ativos) e venda da participação estrangeira a uma companhia nacional.

Portanto, é melhor prevenir, tanto mais que as permissões e incentivos foram mantidos para as conversões de velhos empréstimos entre matriz e filial; recursos de bancos a empresas que tenham garantidor externo e, também, quando o próprio banco credor queira entrar como acionista da empresa devedora.